


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria Executiva

Diretoria de Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Administração de Pessoal

Serviço de Atenção à Saúde do Servidor

TERMO DE REFERÊNCIA
1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento com aplicação e análise do teste rápido COVID 19 de sorologia, para detecção de anticorpos IGM e IGG anti COVID 19, pela metodologia de imunocromatografia, pelo sistema de registro de preços, a ser aplicado nos servidores e colaboradores do MCTIC, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
1	467660	Fornecimento com aplicação e análise do teste rápido COVID 19 de sorologia, para pesquisa de anticorpos, obtido através da coleta de sangue do dedo do paciente	Unidade de teste fornecido, aplicado e analisado	2.272	6.816

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. A Administração não tem compromisso em adquirir os itens em sua totalidade.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de fornecimento com coleta e análise laboratorial de material de consumo.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução de empreitada por preço unitário.

1.5. A Contratação será por SRP e a Ata terá vigência pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada pelo mesmo período, caso necessário, nos termos do Decreto nº 7.892/13.

1.6. A proposta deverá englobar todos os custos com pessoal treinado para a coleta e análise do material, bem como todos os EPIs necessários para a segurança dos mesmos. O valor deverá ser cobrado pelo número de testes aplicados.

1.7. O serviço será adquirido de acordo com a demanda do Órgão, com um consumo mínimo de 2.272 (dois mil duzentos e setenta e dois) testes aplicados e analisados e um máximo de 6.816 (seis mil oitocentos e dezesseis).

1.8. A aplicação dos testes deverá ser realizada nas dependências do Órgão e os resultados deverão ser disponibilizados ao MCTIC, que repassará as informações para os servidores.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em um momento em que a **pandemia do novo coronavírus** continua avançando no Brasil e no mundo, é certo que a retomada do serviço presencial deve ser feita de forma gradual, com um planejamento pautado na segurança dos trabalhadores, por isso, cresce a necessidade de realizarmos testes para detecção da doença e conhecimento do número de infectados. O diagnóstico é fundamental para propor quaisquer medidas relacionadas à prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

2.2. A testagem dos servidores e colaboradores para a COVID 19 faz parte de um estudo para um plano de ação de retorno das atividades do MCTIC, elaborado para enfrentamento da pandemia. Os servidores que estiverem em retorno às suas atividades presenciais deverão passar pela testagem, para que possamos minimizar o risco de contaminação dentro das dependências do Ministério.

2.3. O teste rápido será muito útil na investigação da presença do vírus na comunidade, identificando pessoas que tiveram contato com o vírus, desenvolveram anticorpos e estão imunes à COVID-19. Dessa forma, a testagem com essa ferramenta pode auxiliar na identificação de pessoas que já imunes ao vírus podem voltar ao trabalho e assim, ajudar a minimizar o impacto que a doença apresenta em toda a comunidade.

2.4. O teste rápido de COVID-19 é capaz de detectar a presença de anticorpos (IgG e IgM), que são produzidos pelas células de defesa pelo corpo humano contra o SARS-CoV-2 após o contato com vírus, por meio da coleta de sangue. O resultado fica disponível de acordo com o tipo de teste utilizado.

2.5. O quantitativo solicitado foi calculado com base no número de servidores, estagiários e colaboradores em exercício nas dependências do Órgão, que é um total de 2.272 (dois mil duzentos e setenta e dois) pessoas, considerando a necessidade de até 03 (três) testagens em cada um.

2.6. A contratação se dará por registro de preços uma vez que não se tem o quantitativo exato definido previamente a ser adquirido/contratado pelo Órgão, enquadrando-se assim nos termos do art. 3º do Decreto nº 7.892/13.

2.7. O Sistema de Registro de Preços – SRP, é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, e sua adoção, justifica-se pelas seguintes vantagens, dentre outras, destacadas abaixo:

2.7.1. Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade.

2.7.2. Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.

2.7.3. Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.

2.7.4. Possibilidade do fornecimento ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados.

2.7.5. Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.

2.7.6. O orçamento é disponibilizado apenas no momento da contratação.

- 2.7.7. Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados.
- 2.7.8. Atendimento de demandas imprevisíveis.
- 2.7.9. Maior eficiência logística.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Apesar do art. 4º-C da Lei nº 13.979, de 2020, estabelecer que a elaboração de estudos preliminares não se faz necessária quando se tratar de processo destinado à aquisição de bens ou à execução de serviços comuns para atender à situação de pandemia decorrente da COVID-19, buscamos identificar a melhor alternativa para atendimento da necessidade do Órgão, dessa forma, identificou-se que a metodologia apresentada no item 01 deste instrumento é a mais compatível.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fulcro no art. 4º-G da Lei nº 13.979/20.
- 4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. **Quanto à aplicação do teste:**
 - 5.1.1.1. Praticar padrões de assepsia indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
 - 5.1.1.2. Proceder à aplicação dos testes com profissionais habilitados, conforme as normas técnicas do Ministério da Saúde;
 - 5.1.2. **quanto aos fornecimento dos testes:**
 - 5.1.2.1. Os testes devem ter registro no Ministério da Saúde ou no órgão competente designado.
 - 5.1.2.2. Devem ser transportados e armazenados de acordo com as normas de conservação do Ministério da Saúde.
- 5.2. Esta contratação observará, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, constantes na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que acresceu ao Art. 3º da Lei 8.666, de 1993, que as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E APLICAÇÃO

- 6.1. O objeto deste Termo de Referência constitui-se:
 - 6.1.1. o fornecimento com aplicação e análise dos testes rápidos COVID 19, incluindo todos os materiais necessários, tais como: algodão, álcool, luvas, equipamentos de proteção e segurança e demais produtos utilizados nas atividades laboratoriais;
 - 6.1.2. do manuseio adequado dos testes;
 - 6.1.3. do descarte seguro de agulhas e demais produtos e resíduos utilizados nas atividades de coleta do material, de acordo com as normas específicas;
 - 6.1.4. os testes devem ser acondicionadas em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, protegidas e transportados conforme as normas técnicas emitidas pelos órgãos de saúde e as especificações do fabricante;
 - 6.1.5. os testes deverão ser entregues a medida que for solicitado pelo Órgão;
 - 6.1.6. no ato da aplicação, deverá ser realizado um cadastro de cada beneficiário contendo as seguintes informações: nome, CPF, lotação, endereço e telefone para contato.
- 6.2. A quantidade de testes aplicados será de acordo com a demanda do quantitativo de servidores que se apresentarem para testagem. A quantidade total estimada é de até 6.816 (seis mil e oitocentos e dezesseis) unidades para aplicação e análise dos testes nos dos servidores e colaboradores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.
- 6.3. Para a efetivação da solicitação do fornecimento e aplicação dos testes, o MCTIC estabelecerá um cronograma para a realização das testagens.
- 6.4. No primeiro dia útil, após o envio do empenho, a contratada deve contatar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, por meio do e-mail: seass@mctic.gov.br e telefone (61) 2027-6795 a fim de juntos estabelecer o cronograma de aplicação dos testes.
- 6.5. O cronograma de aplicação dos testes estabelecerá a programação dos dias de testagem em cada local, determinando, portanto, as quantidades e datas, determinadas pelo MCTIC.
- 6.6. A realização dos testes está prevista para ser realizada em dois momentos, no mês de junho e no mês de julho.
- 6.7. A aplicação dos testes será realizada de segunda a sexta-feira, nos horários das 9h às 12h e das 14h às 17h, de forma em que não aconteça aglomeração, respeitando as orientações de enfrentamento ao COVID-19 e normativo interno do Órgão.
- 6.8. O período de que trata o subitem 6.4 poderá ser alterado (antecipado ou adiado) no interesse da Administração.
- 6.9. A entrega dos testes rápidos para COVID 19 e a aplicação ocorrerão nos locais indicados no Anexo I deste Termo de Referência.
- 6.10. A aceitação definitiva será realizada após a verificação, da quantidade de testes fornecidos e aplicados, bem como concluída a etapa de análise dos mesmos, a qualidade dos serviços prestados e a observância das exigências contidas neste Termo de Referência.
- 6.11. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço executado em desacordo com o contratado.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. No fornecimento e aplicação dos testes, deverá estar incluído todos os materiais necessários, tais como: algodão, álcool, seringas descartáveis, caixa para descarte de perfuro-cortantes, luvas, Equipamentos de segurança individual- EPIs, material necessário para o correto acondicionamento dos testes e demais produtos utilizados para a atividade.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será permitida a subcontratação do Objeto.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, a contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos testes (item 1) e aplicação e análise dos testes (item 2), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A contratada deverá manter preposto para representá-la durante a aplicação e análise dos vacinas, desde que aceito pela contratante.
- 10.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 10.4. A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e serviços prestados, se em desacordo com as disposições contidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 10.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 11.1. A entrega dos testes e sua aplicação e análise ocorrerão nos locais indicados no Anexo I deste Termo de Referência.
- 11.2. A aceitação provisória se dará no momento da execução e a definitiva será realizada quando concluído todo o processo de fornecimento, análise e entrega dos resultados, após a verificação da quantidade de testes fornecidos, aplicados e analisados, a qualidade dos serviços prestados e a observância das exigências contidas neste Termo de Referência, quando concluído todo o serviço de análise e entrega dos resultados.
- 11.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço executado em desacordo com o contratado.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. Conforme art. 28 da IN MARE Nº 08 de 04/12/1998, o pagamento referente ao fornecimento e aplicação dos testes será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do atesto da Fatura/Nota Fiscal.
- 12.2. O pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo de testes efetivamente aplicados e analisados pela contratada e pelo quantitativo de testes fornecidos e após a aceitação definitiva dos serviços pela Administração, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.
- 12.3. Havendo erro no documento fiscal hábil de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação das despesas, aquele será devolvido e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.
- 12.4. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal hábil de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 12.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.6. No ato do pagamento será realizada consulta ao SICAF (via on line), e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização.
- 12.7. Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, o valor devido pela Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente.
- 12.8. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo ao MCTIC por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 12.9. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

13. REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 14.1.1. cometer fraude fiscal
- 14.1.2. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.5. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. Multa de:

14.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

14.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

14.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

14.5. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.7. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.9.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.9.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.9.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.11. Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

14.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.3. Comprovação de registro dos testes no Ministério da Saúde ou no órgão competente designado.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é o abaixo demonstrado:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Máxima estimada	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Fornecimento, aplicação e análise do teste rápido COVID 19 de sorologia, para pesquisa de anticorpos, obtido através da coleta de sangue do dedo do paciente	Unidade de teste fornecido, aplicado e analisado	6.816	R\$ 211,34	R\$ 1.440.448,00

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. São obrigações da Contratante:

17.1.1. Divulgar a aplicação dos testes com informações de local, data e horário de sua realização.

17.1.2. Divulgar os locais e fornecer as instalações (local) para a realização da aplicação e análise dos testes.

17.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento ou aplicação e análise dos testes executados em desacordo com o objeto contratado.

17.1.4. Comunicar formalmente à contratada sobre possíveis irregularidades constatadas no fornecimento, aplicação e análise dos testes, para imediata correção.

17.1.5. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.

17.1.6. Proporcionar as devidas condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações de acordo com as normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

17.1.7. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência; seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

18.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.2. Quanto aos kits de teste rápido para COVID 19:

18.2.1. Transportar e armazenar os testes de acordo com as normas de conservação do Ministério da Saúde, incluindo:

18.2.2. manter equipamento para controle da temperatura, conforme padrões estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA, e as especificações do fabricante;

18.2.3. responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e aplicação dos testes fornecidos;

18.2.4. manter os testes em temperatura adequada a sua total conservação, durante o transporte e armazenamento que anteceder o ato da aplicação, transportadas observando as especificações do fabricante;

18.2.5. fornecer os testes devidamente acondicionadas de forma a preservar sua qualidade e validade, dentro dos padrões estabelecidos pelas normas de biossegurança da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

18.3. Quanto à aplicação:

18.3.1. Praticar padrões de assepsia indicados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária na aplicação de testes rápidos para COVID 19;

18.3.2. Proceder à aplicação dos testes com profissionais habilitados e treinados, conforme as normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;

18.3.3. Orientar os beneficiários do teste sobre as condições, uso, procedimentos e aplicabilidade dos mesmos. Os locais onde serão realizadas a entrega e aplicação dos testes estão listadas no ANEXO I deste Termo de Referência.

18.4. Quanto à documentação:

18.4.1. Nas situações de aplicação dos testes fora do endereço constante da licença sanitária, a contratada deverá apresentar autorização da vigilância sanitária local, atestando e aprovando, entre outros aspectos, as condições de transporte e conservação dos produtos;

18.4.2. Apresentar, em até 24 horas antes do início da aplicação dos testes, Termo de Responsabilidade Técnica, perante a autoridade sanitária local, devidamente preenchido e assinado pelo Médico Responsável do estabelecimento;

18.4.3. Apresentar, em até 24 horas antes do início da aplicação dos testes, relação nominal da equipe de profissionais treinados e encarregados de executar os serviços de testagem com os respectivos comprovantes de registros nos Conselhos Profissionais;

18.4.4. Apresentar licença sanitária emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove liberação específica para atuar no ramo de fornecimento e aplicação de exames laboratoriais, nos termos do art. 3º da Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA n.º 01, de 02 de agosto de 2000.

18.5. Quanto ao descarte:

18.5.1. Realizar o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da aplicação dos testes, dentro das normas exigidas pela ANVISA e CONAMA, retirando todo o lixo e sobra de material das dependências do MCTIC no mesmo dia da aplicação.

18.6. Submeter-se às normas de acesso e circulação permitidas nas dependências da contratante.

18.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (em conformidade com o art. 69 da Lei 8.666/93).

18.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (em conformidade com o art. 70 da Lei 8.666/93).

18.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (em conformidade com o art. 71 da Lei 8.666/93)

19. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, a contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega e aplicação dos kits de teste, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

19.2. A contratada deverá manter preposto para representá-la durante o fornecimento e aplicação e análise dos testes, desde que aceito pela contratante.

19.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.5. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

19.7. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

19.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

20. DA PARTICIPAÇÃO NA IRP

20.1. Considerando o que prevê o § 1º do Art. 4º do 7.892/2013, quanto a Intenção de Registro de Preço – IRP, não será permitido a participação a demais interessados do presente processo, haja vista que a participação de outras entidades neste certame, ensejaria atraso na aquisição dos bens, já que demandaria a necessidade de consolidação de informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos interessados, ocasionando atraso no presente processo de contratação.

21. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013 suas alterações.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Informações adicionais sobre este Termo de Referência poderão ser obtidas no Serviço de Atenção à Saúde do Servidor, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, Ala Oeste, 2º andar, sala 200, CEP: 70044-900, e-mail: roberta.campelo@mctic.gov.br, telefone: (61) 2017-6795, de segunda a sexta-feira, nos horários de 8h às 12h e 14h às 17h.

22.2. Considerar o endereço acima também para a reunião citada no item 6.2 para a entrega das faturas/notas fiscais e demais comunicações referentes ao objeto, durante a execução contratual.

Brasília, 15 de junho de 2020

(assinado digitalmente)

ROBERTA RODRIGUES CARNEIRO CAMPÊLO
Chefe do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor

1. De acordo.

2. À consideração da Coordenadora - Geral de Gestão de Pessoas.

(assinado digitalmente)

MARCO AURÉLIO SILVA
Coordenador de Administração de Pessoal

1. **Aprovo** o presente Termo de Referência, ratificada pela área técnica responsável pela elaboração, quantificação e demais elementos que compõem a pretendida contratação.

2. Encaminhamento para apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Recursos Logísticos e posterior trâmite dos autos da Coordenação de Licitações, Compras e Contratos para providências subsequentes.

(assinado digitalmente)

EDNA DA SILVA AMORIM
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

ANEXO I

Locais para realização da testagem rápida para COVID 19

1	Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF
2	Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF

3 Setor Policial Sul, Bloco E, Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **Edna da Silva Amorim, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**, em 15/06/2020, às 17:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio da Silva, Coordenador de Administração de Pessoal**, em 16/06/2020, às 07:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Rodrigues Carneiro Campelo, Chefe do Serviço de Atenção à Saúde do Servidor**, em 16/06/2020, às 08:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5591023** e o código CRC **2CF83EB6**.